

EDUCAÇÃO PARA A HUMANIZAÇÃO E A DEMOCRACIA : REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO ATUAL CONTEXTO DA PANDEMIA

EDUCATION FOR HUMANIZATION AND DEMOCRACY: REFLEXIONS ON THE CHALLENGES OF SCHOOL EDUCATION IN THE PRESENT CONTEXT

Patricia Carlesso Marcelino **1**

Rosana Cristina Kohls **2**

Carina Copatti **3**

Resumo: Com o advento da pandemia da Covid-19, presenciamos uma crise sem precedentes. No Brasil, o contexto social, político e econômico aponta-nos para uma grande ameaça ao modelo de vida democrático e por outro lado, o contexto pandêmico desvelou grandes problemas sociais e educacionais, de forma explícita as disparidades e as diferenças de acesso à educação, à saúde e às tecnologias. Com base nessas premissas, desenvolvemos uma reflexão pautada em uma análise qualitativa, quanto à abordagem do problema; reconstrutiva, crítica e hermenêutica, quanto aos objetivos; e, bibliográfica, com relação aos procedimentos, os quais se ancoram em autores vinculados com a temática, mas especialmente, às ideias e conceitos apontados por Ball, Maguire e Braun (2016). O texto foi dividido em dois momentos: no primeiro, refletimos sobre o contexto excludente, agravado pela pandemia e, no segundo momento, apontamos a atuação política escolar com base no acesso à educação como direito e as contribuições para o cenário atual, perspectivando uma educação equitativa, democrática, emancipadora, humanizada e sensível.

Palavras-chave: Educação Escolar. Covid-19. Políticas Educacionais.

Abstract: With the advent of the Covid-19 pandemic, we are witnessing an unprecedented crisis. In Brazil, the social, political, and economic context points us to a great threat to the democratic life model, and on the other hand, the pandemic context has unveiled great social and educational problems, explicitly the disparities and differences in access to education, health, and technologies. Based on these premises, we developed a reflection based on a qualitative analysis, as to the approach to the problem; reconstructive, critical and hermeneutic, as to the objectives; and bibliographic, regarding the procedures, which are anchored in authors linked to the theme, but especially, to the ideas and concepts pointed out by Ball, Maguire and Braun (2016). The text was divided into two moments: in the first, we reflect on the exclusionary context, aggravated by the pandemic and, in the second, we point out the school political actions based on the access to education as a right and the contributions to the current scenario, putting into perspective an equitable, democratic, emancipating, humanized and sensitive education.

Keywords: Schooling. Covid-19. Educational Policies.

- 1** Doutora em Educação e Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF-RS). Arteterapeuta e Docente Universitária. Membro dos Grupos de Pesquisa GEPES, GEDE e NUPEFE da Universidade de Passo Fundo (UPF-RS) e do Grupo de Estudos Práxis, Docência, Educação e Sociedade, da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ-RS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9084-1182>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0958512367514581>. E-mail: patriciacarlessowellness@gmail.com
- 2** Doutora em Educação pela Universidade de Passo Fundo (UPF-RS), Secretária de Educação da Rede Municipal de Educação de Novo Cabrais-RS. Membro dos Grupos de Pesquisa GEPES (UPF-RS) e GPForma (UFMS-RS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3912-0133>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4579536490473749>. E-mail: rosanacrisk@gmail.com.
- 3** Doutora em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ-RS), Pós-Doutora em Políticas Educacionais pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Professora Adjunta do Departamento de Educação, Política e Sociedade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0485-388>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6743856187041578>. Email: carina.copatti@gmail.com

Introdução

A atual crise evidenciada no contexto da pandemia da Covid-19¹ escancara, de modo amplo e complexo, os desafios e as fragilidades ainda presentes em distintos aspectos da sociedade, dentre eles os que perpassam a educação escolar. Isto pois, seu caráter público, gratuito e acessível a todos, defendido no contexto da redemocratização do país e que se encontra na Constituição Federal de 1988, não tem sido efetivamente garantido e, mesmo considerada a educação escolar como um direito de todos e dever do Estado, na atualidade, sua garantia e sua qualidade permanecem inacessíveis para milhares de pessoas, o que faz com que esse “direito” não seja uma garantia para todos.

O problema apresentado, está alicerçado no atual contexto histórico, os quais se entrelaçam desafiando-nos e colocando em xeque nossas esperanças. Kohls (2019) sinaliza para o fato de que em uma sociedade onde se evidencia desprezo e intolerância de uns para com os outros, princípios como dignidade humana, liberdade, cooperação, empatia, alteridade, equidade, igualdade, respeito, gentileza, ética, estética, entre outras, estão fragilizados. No entanto, tais valores precisam ser (re)significados e (re)conceituados, procurando pensar caminhos que contribuam ao exercício efetivo da cidadania.

Há duas situações que repercutem sobre o contexto educacional, ao se pensar o papel da escola, dos professores e da educação. São elas:

1) O contexto político e social que emergiu em nosso país, que representa uma ameaça a um modelo de vida democrático pautado na liberdade, na cooperação, no respeito à diversidade e às diferenças religiosa, econômica, política, etc., tendo a ciência e o conhecimento como condutores da vida, considerando a dignidade humana como principal valor.

2) A pandemia da Covid-19 e o contexto dela derivado, no qual as escolas ficaram impedidas de atender presencialmente os alunos, e as famílias precisaram se organizar para absorver essas tarefas. Infelizmente, esse contexto pandêmico fez aumentar ainda mais as desigualdades, que até então estavam aparentemente “melhor resolvidas”. Eclodem as diferenças no acesso aos meios tecnológicos, evidencia-se, dia a dia, crianças com desvio idade/série, semi-alfabetizadas, sem domínio pleno da leitura e da escrita, com dificuldades de interpretação, dentre outras situações.

A garantia da qualidade e do acesso precisa constituir-se como um lócus de preocupação, cuja responsabilidade perpassa a esfera do Estado, o qual permaneceu, em muitos momentos, negligente na condução dos processos educativos no contexto pandêmico.

Com base nessas premissas, desenvolvemos uma análise qualitativa, quanto à abordagem do problema; reconstrutiva, crítica e hermenêutica, quanto aos objetivos; e, bibliográfica, com relação aos procedimentos, os quais se ancoram em autores vinculados com a temática, mas especialmente, às ideias e conceitos apontados por Stephen Ball, Meg Maguire e Annette Braun (2016) na obra “Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias.” Por essa via, o objetivo deste texto é elencar e (re)significar conceitos fundamentais tanto para as políticas educacionais, quanto para as ações pedagógicas escolares.

Refletir sobre a educação e o fazer pedagógico na interação com as políticas educacionais em uma perspectiva dialética pautada na ação-reflexão-ação deve constituir-se em uma atividade contínua, pois, a educação escolar precisa ser colocada no centro de nossas preocupações, como direito subjetivo e inalienável a ser garantido aos cidadãos.

O texto foi dividido em dois momentos: no primeiro, propomos reflexões sobre o contexto excludente, agravado pela pandemia e, no segundo momento, apontamos a atuação política escolar com base no acesso à educação como direito e as contribuições a partir dos estudos de Ball, Maguire e Braun (2016), perspectivando uma educação equitativa, democrática, emancipadora, humanizada e sensível.

¹ Em 22 de janeiro de 2020, foi ativado o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para o novo Coronavírus (COE-nCoV), estratégia prevista no Plano Nacional de Resposta às Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde. O novo Coronavírus (2019-nCoV) é um vírus identificado como a causa de um surto de doença respiratória detectado pela primeira vez em Wuhan, China. (BRASIL, 2020, p. 5).

A pandemia da Covid-19: a fragilidade democrática e suas derivações excludentes no cenário atual

As democracias possuem uma grande capacidade racional e criadora, mas também estão sujeitas a alguns erros de análise, ao provincianismo, à precipitação, à omissão, ao egoísmo e à estreiteza de espírito. Segundo Nussbaum (2015), a Educação baseada principalmente na lucratividade do mercado global amplia essas deficiências, criando uma estupidez gananciosa, que põe em risco a própria existência de uma cultura mundial ancorada na cidadania e sob um modelo democrático.

Para Nussbaum (2015), se o verdadeiro choque de civilizações dá-se quando ocorre um choque no interior dos indivíduos, à medida que a ganância e o narcisismo lutam contra o respeito e o amor, então todas as sociedades modernas perdem rapidamente a batalha, já que elas alimentam as forças que conduzem à violência e à desumanização e deixam de alimentar as forças que produzem e alimentam uma cultura de igualdade e respeito.

O modelo de desenvolvimento humano, para Nussbaum (2015), está comprometido com a democracia, uma vez que pode opinar na escolha das políticas que governam sua própria vida, é um ingrediente essencial de uma vida merecedora de dignidade humana.

No entanto, o tipo de democracia que ele favorece será o que atribui um papel importante a direitos fundamentais que não possam ser retirados das pessoas por meio de caprichos da minoria - assim, ele favorecerá a proteção da liberdade política; a liberdade de palavra, de associação e de prática religiosa; e direitos fundamentais em outras áreas da Educação, Qualidade de Vida e Saúde.

A pandemia, para Freudenberg (2022), mostrou-nos essa lacuna entre a capacidade de as empresas privadas possibilitarem que clientes, bens e serviços – e vírus - viajassem ao redor do mundo com o mínimo de interferência e a capacidade de os governos tomarem medidas eficazes quando tais viagens globais ameaçam a saúde. O autor propõe como alternativa um leque de possibilidades para repensar nossa organização enquanto sociedade e para vislumbrar a superação do capitalismo neoliberal.

Para Freudenberg (2022, p.497-538), seis objetivos podem auxiliar nessa direção, a saber: a) expandir o setor público, b) fortalecer a democracia, c) enfrentar o racismo sistêmico e o sexismo na desigualdade de acesso à saúde, d) fomentar a discussão sobre impostos e regulamentação, e) focar nas metrópoles e, por fim, f) tornar a ciência e a tecnologia propriedade pública. Pensar um outro mundo possível – como sugere o autor - implica também articular um novo “contrato social”².

Observa-se que avançamos a passos largos para um modelo de vida que se afasta dos princípios de uma vida democrática e, cada vez mais, molda os sujeitos e as sociedades e modelos de vida, trabalho e consumo pautados em um modelo desigual. Nesse sentido, cabe refletir: em que aspectos a educação escolar precisa ser repensada e colaborar para que as novas gerações tenham garantido o acesso aos saberes históricos e científicos de modo a transformarem-se e transformarem a sociedade em que vivem? Como criar mecanismos formativos que superem, pelas vias democráticas, o atual retrocesso na construção da cidadania e no acesso e garantia dos direitos sociais, dentre eles o acesso à educação?

Toda essa situação anteriormente apresentada foi agravada pela pandemia mundial da Covid-19, uma vez que torna mais difícil, no contexto atual, tanto a efetivação desses direitos quanto a sua qualidade.

O contexto pandêmico expôs a fragilidade sanitária do país, a incapacidade governamental de articular ações conjuntas entre os estados da federação, potencializando recursos, alinhamentos de discursos, encaminhamentos de protocolos de prevenção e cuidados. Ao contrário, aumentaram as divisões e divergências, negligenciando ações necessárias como a aquisição rápida para a compra

² As normas e as regras que estabelecem como essas instituições coletivas operam é o que denominamos “contrato social”. Conceito que pode ser o determinante de maior relevância no tipo de vida que levamos. “O contrato social determina o que deve ser fornecido à coletividade e por quem; o Estado de bem-estar social é um dos vários meios possíveis de provisão. Devido à sua importância e porque a maior parte das pessoas não pode deixar facilmente sua sociedade, o contrato social requer o consentimento da maioria e a renegociação periódica, à medida que as circunstâncias mudam”. (SHAFIK, 2021, p.21).

das vacinas e de sua distribuição, o que resultou em milhares de vidas dizimadas. Sendo, no caso do Brasil, a presidência da República o principal espaço de disseminação de inverdades, articulador dos discursos anti-ciência somados a constantes ataques à Democracia e, recentemente, escândalos envolvendo desvios de verbas do Ministério da Educação. Considera-se que:

Os desmandos políticos e econômicos e sua continuidade têm a ver com a condição do povo, com as formas alienadas, acrílicas e com a indiferença e despolitização do cidadão, que neutraliza a participação consciente, a qual é uma condição para o exercício da vida democrática. Despolitização é a ausência do pensar reflexivo, que inclui a autocrítica e a capacidade de discernimento, a ausência da vida examinada, no dizer socrático (KOHLS, 2019, p. 57-58).

A Educação, em especial das novas gerações, aparece como uma necessidade básica e essencial para o desenvolvimento da emancipação dos sujeitos, combatendo a alienação. Neste sentido, é importante considerar que no campo educacional, a pandemia, de acordo com Santos (2020), teve inúmeros desdobramentos; no caso brasileiro, isso ocorreu tanto na educação básica quanto na educação superior. Dentre eles, citamos como exemplo o ensino remoto, implementado às pressas sem uma cuidadosa organização, estruturação, formação e apoio aos docentes e discentes.

Também, como vemos todos os dias em diversos contextos, uma educação remota acontecendo, muitas vezes, sem recursos financeiros, em meio a um cenário de aumento do desemprego, da miséria, da fome, da exclusão social, com a ampliação das desigualdades entre as classes sociais. Ainda, evidenciando-se, nas escolas públicas, mínimas condições de infraestrutura de equipamentos e de conexões de internet, extremamente necessária para a participação dos alunos nas aulas, prejudicando, assim, os processos de ensino e de aprendizagem, bem como o cumprimento da carga horária escolar e a efetivação de uma educação de qualidade para todos.

Assim, as desigualdades quanto ao acesso à educação tornaram-se ainda mais evidentes: por um lado, muitos alunos ficaram praticamente excluídos do processo educativo, pelo não acesso aos celulares, à internet, aos computadores, tendo seus estudos resumidos ao recebimento quinzenal, ou na melhor das hipóteses, semanal, de atividades impressas. Isso representou a impossibilidade de avançar na apropriação dos conteúdos básicos, devido à ausência de explicações e acompanhamentos dos professores.

Soma-se a isso o fato dessas famílias terem uma formação mínima, sem condições de auxiliar as crianças na busca e até mesmo na resolução das atividades. Outros, com melhores condições financeiras permaneceram tendo acesso a aulas virtuais, com as videoaulas, *lives* e acompanhamento dos professores, mesmo que virtualmente. Essas condições garantiram o acesso aos conteúdos sistematicamente organizados, apesar das limitações, pois nada substitui a experiência educativa orientada presencialmente por um professor.

De tal maneira, temos hoje, na educação, cenários completamente distintos com relação ao nível dos educandos e, principalmente, um país que escancara um verdadeiro abismo entre pobres e ricos. Essa afirmação aproxima-se da reflexão de Libâneo (2012), ao abordar o dualismo perverso que tem sido evidenciado na construção de modelos de escolas para ricos e escolas para pobres.

O atual contexto apenas amplia o que já vinha sendo apontado como um problema na educação brasileira e que está ainda muito longe de uma solução ou, quiçá, de movimentos que avancem no sentido de diminuir as lacunas e as distâncias entre a educação para os ricos e a educação destinada aos mais pobres, tendo em vista os recentes movimentos de aprovação da Reforma do Ensino Médio sob uma perspectiva de itinerários formativos, os quais limitam o acesso ao conhecimento dos componentes curriculares e insere opções voltadas à profissionalização e a uma formação voltada apenas a suprir demandas do mercado de trabalho, relegando os mais pobres e as minorias à exclusão.

Nesse sentido, a discussão acerca da educação no contexto atual, segundo Reis (2020), não pode ignorar o cenário de desigualdades socioeconômicas e raciais, tampouco a cultura de privilégios – de raça, classe, território – que opera em benefício de alguns grupos e impede que

transformações estruturais, coletivas e democráticas, revertam a lógica de desumanização e de desvantagens em curso no país.

Diante desse cenário, Marcelino e Fávero (2021) destacam a necessidade de (re)investimento na educação com outros sentidos e significados, superando os tempos que atravessamos, o que tem sido um desafio à docência. A aposta política na educação para a cidadania, com vistas a uma vida democrática, humana e emancipatória, sinaliza a necessidade de que as práticas educativas tenham a obrigação de se renovar, para que possam corresponder às exigências que doravante se colocam à formação de cidadãos e de sujeitos políticos. Serão as suas ideias renovadas e atualizadas, no quadro de uma teoria de ação educativa, que poderão induzir novos modos de fazer “cidadanização para a democracia”, especialmente nos contextos da educação básica e na educação superior.

Educar para a sensibilidade, solidariedade, compaixão, cooperação, disponibilidade, generosidade deixam de ser apenas palavras e tendem a tornar-se decisivas nas atitudes, estas que podem promover a humanização e a construção de uma sociedade democrática, na qual as pessoas sejam inseridas e tidas como cidadãs plenas.

Para Marcelino (2019), é necessário pensar num mundo em que a humanidade use todas as potencialidades que ela desenvolveu até agora, não para a reprodução do capital que promove a concentração de riqueza ou para produzir mais consumismo e indivíduos dóceis e adestrados para a engrenagem biopolítica, mas para o aprimoramento de capacidades de empatia e de humanização que requer uma sociedade democrática.

A atuação política desde a escola e a perspectiva da Educação como direito

A educação e todo o processo formativo que dela deriva, pode se apresentar entre dois polos distintos: o primeiro deles se refere à possibilidade de transformação social, pois como nos dizia Paulo Freire (1987, p. 87), “Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Sendo a educação um processo por meio do qual as pessoas podem ser transformadas, há que se atentar para que tipo de pessoas e para quais transformações se direcionam. Assim, pode a educação ser o campo das lutas pela justiça social, pela democracia, pelo bem comum, etc., formando pessoas pensantes, com senso de responsabilidade, éticas e empáticas, as quais se tornam potenciais humanos que dignificam a vida.

O segundo polo, no outro extremo, entende que pode a educação ser fonte de alienação e acomodação, quando tratada como mercadoria que tem como fim único (e/ou principal) formar gente para o consumo, de acordo com as regras do mercado, ou seja, pessoas competitivas e individualistas, despreocupadas com a coletividade. Ou, ainda, formar pessoas a partir de uma racionalidade técnica, num sentido voltado apenas à reprodução mecânica daquilo que é abordado, cuja pretensão é a formação de mão de obra para atividades cujo pensamento crítico não é incentivado.

As análises explicitadas até aqui nos conduzem a refletir sobre o sentido e a importância da educação escolar, considerando o papel social da escola e o papel dos educadores. Se há algo que essa pandemia elucidou é essa questão que envolve os fazeres pedagógicos e sua concretização por meio da efetivação, de políticas educacionais voltadas a uma educação de qualidade e uma vivência cidadã e democrática.

Ball, Maguire e Braun (2016) nos possibilitam um olhar sobre a atuação da escola na definição de políticas educacionais, de sua interpretação e recontextualização. Esta afirmação nos desafia a pensar a escola e o direito à educação diante de uma situação de desigualdades ainda mais evidentes no contexto da pandemia da Covid-19 e que, atualmente, com o retorno presencial, traz à tona dificuldades e desafios inerentes as diversas dificuldades enfrentadas no país.

Santos (2020), ao abordar as desigualdades escancaradas pelo vírus, interpreta-o como uma cruel pedagogia, evidencia sua relação com as dinâmicas do capital e as interfaces que se impõem sobre as populações mais fragilidades de modo mais expressivo, tornando evidente, no contexto escolar, os problemas agravados nesse período. Tem-se assim, desafios distintos que remetem às dificuldades em retomar minimamente as condições de qualidade e de rendimento anteriores

à pandemia e, ainda, a necessidade de construir, pela educação disponibilizada na escola, por meio dos conteúdos curriculares, acesso ao conhecimento, à cultura, à ciência, visando a atuação democrática-cidadã.

A escola, numa perspectiva democrática, envolve a defesa de uma educação gratuita, laica, igualitária, a qual constitui uma necessidade debatida a partir da Constituição Federal de 1988 e que no contexto das políticas educacionais implementadas posteriormente, especialmente com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, tornou possível avançar a expansão da oferta de vagas, maior qualidade nos recursos didáticos, maiores investimentos em programas voltados à educação básica, dentre outros.

Após um processo de expansão da educação de modo democrático, como bem de direito de toda a população, vem se fortalecendo um discurso que questiona a educação pública, enfatizando que esta não possui uma boa gestão e não garante aprendizagem de qualidade. Nesse contexto, tem-se observado o esfacelamento das instituições públicas a partir de um discurso que mostra os aspectos negativos e invisibiliza as experiências positivas dessas instituições. Ocorre, assim, a tendência cada vez maior à diminuição de recursos e investimentos na educação pública (COPATTI, 2020).

Distintos desafios se mantêm e se tornam ainda mais evidentes na atualidade, diante de tamanhos retrocessos. Dentre eles estão os cortes nos investimentos na área social, a partir da Emenda Constitucional aprovada em 2016. Segundo Oliveira e Silva (2018, p. 254):

Em 2016 o governo federal propôs Emenda à Constituição referente ao Novo Regime Fiscal; o documento tramitou como Projeto de Emenda Constitucional, PEC 241/2016, na Câmara Federal, como PEC 55/2016 no Senado Federal, sendo promulgado como Emenda Constitucional nº 95 em 15 de dezembro de 2016. A iniciativa estabelece limites para as despesas primárias correspondentes à inflação do ano anterior, corrigidas pelo IPCA, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Fica, assim, estabelecida a desvinculação orçamentária para a Educação e Saúde. A medida entra em vigor por duas décadas, podendo ser corrigida a partir do décimo ano.

Consideramos, neste sentido, a importância de debates desde a escola, no contexto de atuação dos professores, a respeito das fragilidades que ainda são evidentes na educação básica do país, no sentido de lutar pela garantia de condições para avançar na sua qualificação e no atendimento às diversidades. Tais reflexões precisam ser realizadas de modo consciente, com conhecimento destes documentos, da sua organização e, como consideram Ball, Maguire e Braun (2016), em relação aos efeitos que pode gerar a partir dos processos relacionados à tradução destas políticas na escola.

A perspectiva de participação ativa, sensível e consciente dos professores a fim de pensar o papel da escola e a projeção de movimentos contra a barbárie, a favor da democracia e do exercício da cidadania, requer um processo colaborativo e dialógico por dentro da escola e em contato direto com as políticas educacionais, o que vai muito além da ideia de uma educação escolar proposta apenas como meio de acesso a conhecimentos mínimos.

Diante disso, Dardot e Laval (2004) entendem que nem a escola está morta a ponto de promover a incultura, nem seus sujeitos (aqueles mais ligados à ética e à dimensão política) aceitam a ideia de uma escola a serviço da economia capitalista, o que chama à responsabilidade os professores, os quais desenvolvem os processos educativos e que são implicados nas escolas pelas políticas implementadas. Dardot e Laval (2004, p. 290), salientam que “não é suficiente mudar as palavras e dar ordens para que as realidades se amoldem aos dogmas”, o que pode ser pensado como uma possibilidade de resistência e de reafirmar o papel social da escola.

Nesse sentido, retoma-se a centralidade das proposições advindas de Ball, Maguire e Braun (2016) ao considerarem a importância das práticas a partir das quais as políticas são colocadas em ação no cotidiano das escolas. Os autores interpretam a política como desdobramento “microfísico” e os professores como elaboradores de sentidos, os quais interpretam essas políticas e podem (re)

significá-las, ou também, podemos dizer que estas políticas podem ser rejeitadas.

Desta forma, chamamos a atenção para a consciência social, histórica e política no intuito de conhecer de conteúdo e das dinâmicas sociais que perpassam o país. Isso porque sem a consciência crítica e a consciência política dos professores, mantêm-se inúmeros desafios, apontados anteriormente, tanto na construção de uma educação de qualidade quanto na manutenção da perspectiva cidadã e democrática, estas tão ameaçadas e fragilizadas atualmente. Sendo assim, construir resistência por dentro das escolas e na relação com as políticas educacionais, parte do pressuposto de que o conhecimento contribui para a construção dos sujeitos, para ampliar a dimensão do sensível e expandir sua consciência, compreendendo-se como parte de um coletivo, de uma sociedade que precisa tratar dos interesses que dizem respeito a todos.

A educação pública, sob este viés, pode ser defendida, problematizada e repensada a partir da atuação dos professores, tanto no exercício efetivo da docência quanto no processo de ação dialógica com seus pares, no intuito de ampliar conhecimentos e significar sua atuação política na interação com leis, decretos, normas e outros movimentos das políticas educacionais que chegam por vezes de modo impositivo às escolas. Há, nesse sentido, conforme Ball et. al. (2016) uma complexidade e fragilidade da escola em relação à atuação da política e os esforços de configuração e reconfiguração que a tornam uma organização estável.

No entanto, é preciso reconhecer que persistem, ainda, formas de poder automáticas e generalizadas, a partir de mecanismos e dispositivos, embasados em técnicas e procedimentos de reprodução que desconsideram o protagonismo dos professores e a complexidade da formação humana. E têm sido cada vez mais evidentes, como advertem Ball, Marguire e Braun (2016), as perspectivas políticas que mantêm o foco no desempenho, na classificação, comparação, testagem, o regime de números, o modo de vigilância, de controle e monitoramento.

As políticas educacionais, a partir destes modelos, prestam-se à padronização e ao silenciamento dos profissionais que atuam nas escolas. Frente a essa constatação, Spillane (2004) apud Ball, Maguire e Braun (2016) reforça que as escolas precisam e têm que ser capazes de atuar frente a políticas múltiplas e competitivas. E geralmente as escolas querem fazer isso com sucesso e de forma tão eficiente quanto possível.

Sendo essa a tarefa urgente das escolas e dos educadores, fazer frente aos processos de desmonte e desqualificação do ensino público que perpassa todos os níveis, começando na educação infantil (implementação, por exemplo, de livros didáticos obrigatórios para esse nível, sendo que essa fase precisa de processos de desenvolvimento humanizado por meio do brincar, da ludicidade, do contato, e não de materiais padronizados) ao ensino superior (ideia do acesso para poucos ou de um acesso massificado, mas sem a devida qualidade mínima necessária). Nesse sentido, a formação continuada dos professores fortalecendo debates sobre os fundamentos da educação é urgente, pois muitos não estão engajados em movimentos de resistência, pois não construíram uma percepção crítica e consciente a respeito dos processos de padronização, desvalorização e fragilização aos quais têm sido gradativamente submetidos.

Diante de tamanhos desafios que envolvem as políticas educacionais que chegam à escola e que nela são (re)significadas. Ball, Maguire e Braun (2016) consideram que a atuação política não é um processo simples e racional, por isso defendem que não é possível produzir um modelo linear de prática de atuação ou qualquer história simples de política que viaje para dentro e pelas escolas, ou de atuação da política como uma forma de osmose. Esse processo envolve, portanto, a participação ativa, consciente, crítica e sensível que viemos defendendo ao longo deste escrito.

Ball, Maguire e Braun (2016, p. 199) reforçam, na figura 01, um esquema visual, sobre a atuação política: “é uma ilustração do pensamento enfatizado na obra *Como as Escolas fazem Políticas - Atuação em Escolas Secundárias*” e de acordo com os autores, a escola representa o ponto de partida: “é central, mas não necessariamente, no centro, sua história e suas matrículas (e valores relacionados) são centrais também, mas também são frágeis” (p.119).

Figura 1. Esquema de pensamento sobre a atuação da política na escola



Fonte: BALL, MAGUIRE e BRAUN (2016, p. 200).

No esquema, a escola parece com todas as setas caindo sobre ela – as quais também indicam os seus componentes, tais como os contextos materiais de pessoal, de instalações e de orçamentos e os discursos e as políticas diversificadas e que constituem a escola. Este esquema contribui para analisarmos a interpretação dos autores a respeito da escola, da gestão das políticas, dos desdobramentos que ocorrem ao longo do tempo a partir da dinâmica de influência e de interferência de distintos atores envolvidos nas suas definições e, também, na sua recontextualização nas escolas.

A Teoria da Atuação, nesse sentido, como apresentam os autores, envolve um complexo conjunto de movimentos que geram determinados efeitos, os quais são distintos em cada contexto, em cada interpretação, de acordo com os agentes envolvidos, com os modos de pensar dos sujeitos implicados nesse processo. Por essa via, Ball, Maguire e Braun (2016, p. 200) afirmam que o desempenho para, e sua construção específica é moldada pela “gestão” institucional da política. História, matrículas e valores medeiam a política, os contextos políticos e os discursos.

Há um monte de ação humana nesse diagrama: interpretação e tradução da política (assim como interpretações de interpretações); dimensões profissionais e emocionais; e a filtragem e o fazer do trabalho com políticas. Há também resistência, e deixamos esse aspecto deliberadamente desconectado, como sua expressão em murmúrios e descontentamentos, são em certa medida, de flutuação livre, em vez de sistemática (BALL, MAGUIRE e BRAUN, 2016, p. 200).

Para os autores, nem o modelo, nem o relato do modelo/esquema que estamos apontando aqui é abrangente ou acabado, pois constitui-se como um modelo que está em fluxo em sua própria dinâmica; é exatamente o que os autores enfatizam que tinham em mente quando começaram a traçar o pensamento sobre a atuação de políticas. A escola está no centro da atuação da política, mas esta não é uma entidade simples, necessitando ser compreendida em suas diferenças, nos modos como cada instituição atua nas políticas. As escolas não são uma peça só, mas redes de grupos diferentes e sobrepostas de pessoas, de artefatos e de práticas.

Essa ideia apresentada pelos autores, traz a dimensão das fragilidades, dos embates e das disputas que existem não somente no contexto de criação/proposição de políticas, mas no espaço escolar, nas práticas em que são (re)contextualizadas e colocadas em movimento, em processos cujos efeitos são distintos de acordo com as interpretações e com as decisões e definições de

cada grupo, com base em suas percepções e seus conhecimentos e entendimentos a respeito das políticas e dos processos que perpassam a escola.

Neste sentido, Ball, Maguire e Braun (2016, p. 201) afirmam que:

Escolas são compostas de coleções de diferentes professores, gestores, tesoureiros, assistentes pedagógicos, orientadores, administradores, estudantes, pais, governadores e outros, que habitam várias maneiras de ver com diferentes formas de “formação”, histórias discursivas, visões epistemológicas de mundo e compromissos profissionais.

Para além de um espaço vivo de atuação de diferentes profissionais, cada qual com percepções, conhecimentos, funções distintas, as escolas, conforme Ball, Maguire e Braun (2016), são também diferentes lugares em diferentes épocas do ano, do dia, ou do semestre. Esse lugar se transforma e é transformado de acordo com as relações e as vivências ali evidenciadas. São, portanto, de acordo com Ball, Maguire e Braun (2016, p. 201):

Organizações orgânicas que são, pelo menos em parte, o produto de seu contexto - perfis de pessoal, matrículas e aspirações dos pais - bem como sendo influenciadas por aspectos práticos, tais como o alojamento da escola, a construção e o seu ambiente circundante. Há um contexto social e uma materialidade para a política.

Diante disso, muitas vezes os discursos pedagógicos ficam em segundo plano nos processos de decisão que envolvem as políticas. Dentre elas estão os interpretativos financeiros, os quais têm se constituído como um aspecto central numa perspectiva de educação sob moldes do neoliberalismo. Há, também, conforme os autores, arenas da política em que, por exemplo, na avaliação nas disciplinas do núcleo do currículo, o “senso comum” presente na escola interpreta que estas políticas são prioritárias e comandam a atenção, precisando, portanto, de financiamento adicional, prevalecendo na tomada de decisão.

As considerações com base nestes autores e em reflexões realizadas por meio de outros pesquisadores, contribuem para a defesa da educação escolar voltada à democracia, apontando sua relação com a tomada de consciência, o diálogo e a sensibilidade necessária também por parte dos professores na construção de conhecimentos. Sua atuação envolve compreender as dinâmicas que perpassam a escola e que, em grande medida nas últimas décadas e especialmente nos últimos anos, passam pela dimensão das políticas educacionais, sua interpretação e readequação nos espaços escolares, requerendo ainda mais cuidado no atual contexto em que vivenciamos ainda os resquícios da pandemia e as crises política, econômica e social vivenciadas no contexto brasileiro atual.

A consciência da importância desse processo viabiliza outros olhares sobre os documentos de políticas, sobre a atuação na escola e sobretudo diante da defesa de uma educação de qualidade. E evidencia a necessidade de defender o caráter público da educação e a significação de uma escola pública na qual sejam possíveis movimentos de aprender, de construir conhecimento, de desenvolver a sensibilidade, a empatia, a formação cidadã, como processos de direito de cada sujeito inserido no mundo.

Diante dos desafios de confrontar modelos autoritários e padronizados, imposto a partir de uma perspectiva liberal-conservadora, cuja perspectiva, no que tange à educação escolar pública, é tornar os professores “aplicadores” de modelos externos, propostas prontas, pouco relacionadas às realidades em que atuam, temos o desafio de ampliar os espaços de debate sobre a educação que queremos, e sobre o seu papel no contexto atual, diante do cenário que se apresenta de cortes orçamentários, de desvalorização dos docentes e de suas condições de trabalho, de crise da democracia e, ainda, de dificuldades na garantia de direitos sociais e no atendimento aos estudantes no contexto pandêmico, ainda em andamento.

Considerações Finais

A atual crise vivenciada no país em distintos aspectos, para além do contexto da pandemia, aponta os desafios que persistem socialmente e as fragilidades no que tange à educação e especialmente a perspectiva de educação de qualidade e de manutenção e fortalecimento da democracia.

Compreendemos que embora tenham ocorrido avanços no caráter público, gratuito e no acesso à educação, defendido no contexto da redemocratização do país, marcado na Constituição Federal de 1988, a educação pública de qualidade e voltada à formação cidadã não tem sido efetivamente garantida na atualidade e permanece inacessível para milhares de pessoas, o que faz com que esse “direito” não seja uma garantia para todos, principalmente no contexto em que se evidenciou a pandemia da Covid-19 e seus atuais resquícios ainda presentes, desafiando os processos educativos e a garantia de padrões mínimos de qualidade.

Diante dessas questões, predomina um movimento cada vez mais latente de alinhamento da educação sob o viés neoliberal, com modelos padronizados, implementando políticas alinhadas à perspectiva de uma educação medida por resultados e voltada a suprir as demandas do mercado de trabalho desconsiderando o caráter humanista, integral e a ideia de formação dos sujeitos por meio do acesso à ciência, à cultura, às tecnologias, às artes, visando o exercício pleno da cidadania e a ampliação do viés democrático, participativo e a ideia de coletividade.

Essa educação desvia o compromisso da formação dos sujeitos de modo sensível, crítico e consciente, para atuar na transformação da sociedade e na luta por justiça social. Esses processos são delineados por meio de políticas que vão sendo moldadas e que de alguma forma recaem sobre a escola, nem sempre refletidas, debatidas e (re)significadas em um movimento consciente, crítico e dialógico.

Nesse contexto, defendemos a conscientização e o envolvimento docente a partir do núcleo central que constitui as escolas e a ampla articulação com relação às políticas educacionais, seus questionamentos quando necessário e a (re)significação destes processos. Isso requer conhecimentos para além de conteúdos, de uma docência envolvida no ensino e na aprendizagem em suas articulações junto aos movimentos sociais, históricos e políticos. Esse movimento requer que se reflita ainda mais sobre a função da escola na sociedade atual.

A atuação dos profissionais da educação, com consciência e participação ativa nas decisões que envolvem aspectos da sua função profissional e da sua função social como trabalhador na escola pública, contribui para a luta pela perspectiva democrática, pelo acesso e qualidade da educação, pelo atendimento às diversidades e respeito às realidades de cada escola, de cada contexto onde as políticas educacionais são (re)contextualizadas.

Também contribui para analisarmos e refletirmos, sobre quais os modelos de formação que a escola tem se utilizado e defendido. E, ainda, sobre o papel dos profissionais da educação nesse processo, trazendo ao centro da reflexão aqui proposta, um movimento avaliativo, contextualizado, dialógico, repensando a dimensão das políticas nos movimentos que envolvem a escola e o seu papel social num cenário extremamente complexo, marcado por inúmeros desafios, dentre eles o conservadorismo e o autoritarismo.

Ao mesmo tempo, o momento atual (e as reflexões sobre a educação) vem sendo marcado pela esperança e pela possibilidade de resistência, a qual pode ser possível através da aproximação entre escola, sociedade, profissionais da educação e das políticas públicas, mesmo tomadas como lócus de disputas, mas sendo também um caminho possível para fortalecer a democracia e a formação humanista e cidadã, visando, quiçá, educar para a construção de outros modelos de sociedade, e de um outro mundo possível, mais justo, mais humano, tomado por pessoas mais participativas nos processos decisórios e mais sensíveis à coletividade.

Referências

BALL, Stephen; MAGUIRE, Meg.; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolo de manejo clínico para o novo coronavírus (2019-nCoV)**. Biblioteca Virtual em Saúde. 2020. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs. Acesso em: 24 mar. 2020.

CARVALHO, Laura. **Curto circuito O vírus e a volta do Estado**. São Paulo: Todavia, 2020.

CHARLOT, Bernard. A questão antropológica na Educação quando o tempo da barbárie está de volta. IN: **Educar em Revista**, Curitiba, v. 35, n. 73, p. 161-180, jan./fev. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/about/contact>. Acesso em 02 ago. 2021.

COPATTI, Carina. O neoliberalismo chega à escola: discursos produzidos e possibilidades de enfrentamento pela dimensão ético-estética. In: FÁVERO, Altair. TONIETO, Carina. CONSÁLTER, Evandro. **Leituras sobre Educação e neoliberalismo**. CRV, Curitiba, 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUDENBERG, N. **A Que custo? O capitalismo (moderno) e o futuro da saúde**. Tradução Juliana Leite Arantes, São Paulo: Elefante, 2022.

KOHL, Rosana Cristina. **Ensino superior, crise das humanidades e a fragilidade democrática: reflexões a partir do pensamento de Martha Nussbaum**. (Tese de Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

MARCELINO, Patricia Carlesso. **Humanização e Sensibilidade: Educação e Uso do Corpo em Giorgio Agamben**. (Tese de Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

MARCELINO, Patricia Carlesso; FAVERO, Altair Alberto. “Criar capacidades” para a sensibilidade e a humanização em meio à pandemia da covid-19: reflexões a partir de Nussbaum e Agamben. IN: **Revista Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-19, 20 mar. 2021. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em 02 ago. 2021.

NUSSBAUM, Martha C. **Sin fines de lucro: Por qué la democracia necesita de las humanidades**. Buenos Aires, Argentina: Katz, 2010.

OLIVEIRA, Cleiton de. SILVA, Guaracy. O Novo Regime Fiscal: tramitação e impactos para a educação. **RBPAE** - v. 34, n. 1, p. 253 - 269, jan./abr. 2018.

REIS, Diego dos Santos. Coronavírus e debates educacionais: reposicionado o debate IN: **Revista Olhar de Professor**. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-5, 2020. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em 15 ago.2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Almedina: Coimbra, 2020.

SHAFIK, Minouche. **Cuidar Uns dos Outros: Um Novo Contrato Social**. Tradução Paula Santos Diniz. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Recebido em 04 de novembro de 2021.

Aceito em 22 de junho de 2022.